



REVISTA **Protocolo y Comunicación**

Vol 1, No 4 (2024)



Coordinadora del número: Dra. Maria Aparecida Ferrari

Publicado: 2024-08-30

Gafes: linguagem e poder político

Gaffes: language and political power

Meteduras de pata: lenguaje y poder político

DOI: <https://doi.org/10.58703/rpyc.v1n4a6>

Ana Carolina Pinheiro Rocha da Silveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5701-533X>



Ethel Shiraishi Pereira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1909-5172>



Resumo

Este artigo explora as gafes protocolares cometidas por autoridades do poder executivo federal brasileiro durante cerimônias oficiais, destacando suas implicações no controle e na manutenção do poder político. A pesquisa inicial é baseada em levantamento bibliográfico, com destaque para a tese de Renata da Silva de Barcellos (2008) e obras de Claudia Matarazzo. Utilizando conceitos de Pierre Clastres e Erving Goffman, o estudo aborda como as gafes revelam vulnerabilidades e afetam a imagem pública das autoridades. Além disso, investiga-se o papel dos mestres de cerimônia na gestão dessas situações. O estudo propõe que as gafes, por serem momentos inesperados, permitem uma manifestação mais livre do público, evidenciando a fragilidade do poder estabelecido. Ao analisar casos específicos, o artigo pretende mapear as reações do público e as consequências para os políticos envolvidos. A metodologia combina pesquisa bibliográfica com estudos de caso, visando compreender a dinâmica das gafes no contexto de eventos oficiais e o impacto das normas protocolares no exercício do poder político.

Palavras-chave: Gafe; Cerimonial Público; Protocolo; Poder; Linguagem

Abstract

This article explores protocol gaffes committed by Brazilian federal executive authorities during official ceremonies, highlighting their implications on control and maintenance of political power. The initial research is based on literature review, focusing on Renata da Silva de Barcellos's thesis (2008) and works by Claudia Matarazzo. Using concepts from Pierre Clastres and Erving Goffman, the study examines how gaffes reveal vulnerabilities and impact the public image of authorities. Additionally, it investigates the role of masters of ceremonies in managing these situations. The study proposes that gaffes, as unexpected moments, allow for a more spontaneous public expression, exposing the fragility of established power. By analyzing specific cases, the article aims to map public reactions and consequences for the involved politicians. The methodology combines literature review with case studies, aiming to understand the dynamics of gaffes in official events and the impact of protocol norms on the exercise of political power.

Keywords: Gaffe; Public Ceremonial; Protocol; Power; Language

Resumen

Este artículo explora las meteduras de pata protocolares cometidos por las autoridades ejecutivas federales brasileñas durante ceremonias oficiales, destacando sus implicaciones en el control y mantenimiento del poder político. La investigación inicial se basa en una revisión bibliográfica, centrándose en la tesis de Renata da Silva de Barcellos (2008) y obras de Claudia Matarazzo. Utilizando conceptos de Pierre Clastres y Erving Goffman, el estudio analiza cómo las meteduras de pata revelan vulnerabilidades e impactan la imagen pública de las autoridades. Además, se investiga el papel de los maestros de ceremonias en la gestión de estas situaciones. El estudio propone que las

meteduras de pata, al ser momentos inesperados, permiten una expresión más espontánea del público, exponiendo la fragilidad del poder establecido. Al analizar casos específicos, el artículo tiene como objetivo mapear las reacciones públicas y las consecuencias para los políticos involucrados. La metodología combina la revisión bibliográfica con estudios de caso, con el objetivo de comprender la dinámica de las meteduras de pata en eventos oficiales y el impacto de las normas protocolarias en el ejercicio del poder político.

Palabras clave: Metedura de pata; Ceremonial Público; Protocolo; Poder; Lenguaje

1. introdução

Quando surgiu a ideia de produzir um artigo sobre algum tema relacionado ao universo do cerimonial e do protocolo, não tínhamos noção de que o assunto nos traria tantas possibilidades de aprofundamento e que poderia evoluir para uma pesquisa mais consistente. Com isso, gostaríamos de esclarecer que o material aqui apresentado se refere ao resultado inicial da pesquisa bibliográfica realizada sobre o tema, que nos permitiu esboçar um plano de estudos compartilhado com nossas primeiras impressões a respeito do objeto selecionado para análise, ou seja, as gafes protocolares cometidas por autoridades representantes do poder executivo federal (políticos, governantes, gestores públicos), durante solenidades oficiais, realizadas em território brasileiro.

Ao realizar o levantamento bibliográfico para o desenvolvimento deste artigo, encontramos uma única tese de doutorado do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, desenvolvida por Renata da Silva de Barcellos¹ (2008), que analisa a gafe como um fenômeno discursivo, que ocorre em situações comunicativas. Em sua tese, Barcellos (2008) desenvolveu a análise de 385 exemplos de gafes, sob a perspectiva de quatro aspectos: causa, efeito, tratamento e relação com outros fenômenos discursivos. Identificamos, ainda, dois livros publicados sobre o assunto, ambos de autoria de Claudia Matarazzo. A jornalista, autora de livros de etiqueta social, publica seu primeiro livro sobre o tema, “Gafes não é pecado”, em 1996, e define a gafe como

uma situação fora de contexto. Em geral, é uma inconveniência causada por excessos: quando se fala demais (ou se bebe demais), quando se quer mostrar serviço, quando se abusa dos gestos, causando pequenos desastres. (Matarazzo, 1996, p.13).

Ainda neste livro, a autora nos explica que aquele que comete gafe é o “*gaffeur*”, mais tarde, o neologismo da palavra francesa, “gafista” foi criado por Barcellos (2008), termo que também adotaremos neste estudo. Para além da escassez de referências bibliográficas e dados quantitativos sobre a temática, as relações de poder nos interessam bastante. Assim, para estudar as gafes em situações controladas por normas rígidas, como as cerimônias oficiais, nos apoiaremos metodologicamente na pesquisa bibliográfica, utilizando autores de referência em cerimonial e protocolo como Nelson Speers (1984), Gilda Fleury Meirelles (1999), Carlos Takahashi (2016), além da tese de Renata da Silva de Barcellos (2008) e autores das ciências sociais como Pierre Clastres (2008) e Erving Goffman (1985, 2010, 2011). O estudo de caso também será utilizado para ilustrar algumas situações identificadas no atual estágio da pesquisa.

Estabelecemos como objetivo geral, mapear situações em eventos que demonstrem como as gafes podem evidenciar a perda do controle e do poder vigente. Para o desenvolvimento do estudo, partiremos dos seguintes pressupostos e objetivos específicos:

- a. As gafes são momentos inesperados e, justamente por este motivo, permitem livre manifestação por parte do público presente. Desta forma, pretendemos apresentar um esquema conceitual sobre gafes cometidas durante solenidades e eventos oficiais com ênfase na reação da plateia;

- b. A postura dos políticos durante os eventos torna-se ainda mais vulnerável pela visibilidade proporcionada pela cobertura dos eventos, seja pela imprensa, seja pelo público em geral com suas publicações nas redes sociais. Com isso, o estudo pretende identificar tipos de consequências geradas aos políticos que cometem gafes;
- c. Sendo os mestres de cerimônias, profissionais responsáveis por conduzir o andamento das solenidades, espera-se que estes profissionais estejam plenamente preparados para lidar com os imprevistos durante a sua realização. Desta forma, o estudo visa compreender como os mestres de cerimônias gerenciam os momentos de gafes.

2. o monopólio da palavra

O conceito de "Sociedade contra o Estado", elaborado Pierre Clastresⁱⁱ (2003), desafia a visão etnocêntrica de que a evolução das sociedades deve ser medida pela presença ou ausência do Estado ou pelo grau de centralização do poder. Para ele, o poder político é compartilhado por todos e intrínseco ao social, manifestando-se coercitiva ou não-coercitivamente, como observa, “podemos pensar o político sem a violência, mas não podemos pensar o social sem o político; em outros termos não há sociedades sem poder.” (Clastres, 2003, p. 41).

Para Clastres (2003), todo homem de poder detém o monopólio da palavra. Nas sociedades de Estado, apenas alguns de seus membros têm o direito à palavra, enquanto a sociedade é apartada deste direito, sendo obrigada a ouvir. Diversamente, nas sociedades sem Estado, como observado nas chefias indígenas, o líder tem o dever de falar, mas não importa o conteúdo de seu discurso, apenas que haja discurso, impedindo a aparição das figuras de comando. A chefia é obrigada a falar repetidamente, numa relação troca e presente, mas a sua tribo não é obrigada a escutar. Trata-se de um poder político desprovido de autoridade e efetivo poder, o que Clastres (2003) chama de “discurso edificante”. “Falar é antes de tudo deter o poder de falar. (...) Palavra e poder mantêm relacionamentos tais que o desejo de um se realiza na conquista do outro. (...) Toda tomada de poder é também uma aquisição da palavra” (Clastres, 2003, p. 168).

A linguagem pode ser tanto o germe do poder coercitivo, quanto oposição à violência. O chefe indígena ocupa-se somente de ser um bom orador, é um “homem que fala e nada mais” (Clastres, 2003, p. 191). Já as sociedades de Estado organizam seu poder através do exercício da violência do Estado sobre a sociedade: “desde os despotismos mais arcaicos até os Estados totalitários mais modernos, passando pelas sociedades democráticas nas quais o aparelho de Estado, por ser liberal, não deixa de ser o senhor longínquo da violência legítima” (Clastres, 2003, p. 169).

No cerimonial, quem detém o poder detém a palavra, ressoando o mecanismo da sociedade com Estado em que se insere. O dono da fala sustenta sua posse a partir de instrumentos coercitivos que se realizam concretamente em signos e códigos que respaldam e legitimam sua autoridade, como vestimentas, postura, gestos, ritos e protocolos.

3. relações de poder e os eventos

Em suas obras “A representação do eu na vida cotidiana” e “Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face”, Erving Goffmanⁱⁱⁱ nos apresenta uma série de conceitos que dialogam diretamente com os estudos de Relações Públicas e que se aplicam às análises que pretendemos desenvolver neste estudo sobre gafes. Goffman (1985) nos explica por exemplo, que para serem aceitas socialmente, as pessoas procuram se comportar de acordo com padrões culturais estabelecidos para cada situação do nosso cotidiano. Com isso, ao saber que está sendo observada, a pessoa passa a representar um papel e busca alinhamento para evitar constrangimentos.

Em cada um desses contatos a pessoa tende a desempenhar o que às vezes é chamado de *linha* - quer dizer, um padrão de atos verbais e não verbais com o qual ela expressa sua opinião sobre a situação, e através disto sua avaliação sobre os participantes, especialmente ela própria. Não importa que a pessoa pretenda assumir uma linha ou não, ela sempre o fará na prática. (Goffman, 2011, p.13).

É por meio da linha adotada pela pessoa, ou seja, por meio de sua conduta, que os interlocutores terão condições de construir uma imagem positiva a respeito dessa pessoa. Goffman (2011, p.14), define o termo fachada como o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os pressupõem que ela assumiu durante um contato particular. É possível afirmar, portanto, que a fachada é a imagem que projetamos publicamente, quando desejamos aceitação social. À medida que desenvolve seu raciocínio, Goffman (2011) torna claro que a noção de fachada está relacionada à maneira de ser de cada grupo social, em outras palavras, com a cultura de cada sociedade.

Com preservação da fachada [face-work] eu quero designar as ações tomadas por uma pessoa para tornar o que quer que esteja fazendo consistente com a fachada. A preservação da fachada serve para neutralizar "incidentes" - quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a fachada. (...) Cada pessoa, subcultura e sociedade parecem ter seu próprio repertório característico de práticas para salvar a fachada. Em parte, é a esse repertório que as pessoas se referem quando perguntam como uma pessoa ou cultura "realmente" são. (Goffman, 2011, p. 20).

Para sair de situações que possam ser embaraçosas, ou causar constrangimentos, e, no caso de autoridades públicas diante de gafes, espera-se “algum conhecimento da preservação da fachada e alguma experiência no uso dela. Em nossa sociedade, esse tipo de capacidade às vezes é chamado de tato, *savoir-faire*, diplomacia ou habilidade social” (Goffman, 2011, p. 21).

No entanto, Gastaldo (2008) nos alerta sobre os riscos de não identificar corretamente a situação, categorizado por Goffman como “comunicação imprópria”, quando alguém fala e faz coisas como se estivesse em um lugar apropriado. Para exemplificar, o autor relembra um fato marcante que aconteceu no início dos anos de 1990, quando, durante a preparação de um ambiente para gravação de uma entrevista, o então ministro da Fazenda Rubens Ricupero diz a um repórter da Rede Globo: “Eu não tenho escrúpulos: o que é bom, a gente mostra; o que é ruim, a gente esconde”. No entanto, a conversa informal, foi

captada pela antena parabólica de algumas residências próximas ao local, enquanto a equipe ajustava os equipamentos. As imagens foram gravadas e enviadas para uma emissora concorrente e, evidentemente, tornou-se um escândalo que comprometeu a permanência do ministro em seu cargo. De acordo com Gastaldo (2008),

Não tem problema nenhum mostrar o que é bom e esconder o que é ruim, o problema é os outros ficarem sabendo que fazemos isso. Porque todos agem desta forma, “manejando a impressão”, para usar uma expressão de Goffman. Mas se um ministro afirmar na frente de uma câmera para o país inteiro ouvir que ele “não tem escrúpulos”, sua posição torna-se insustentável. Ou seja, uma simples questão de controle da informação, por conta de uma definição equivocada da situação, mudou os rumos da economia nacional. (...) definindo mal a situação podemos nos expor a outra forma de poder bastante evocada ao longo de todo o livro – o poder do vexame, da vergonha, do embaraço, que é uma forma fundamental de coerção social. (Gastaldo, 2008, p. 151).

Em “Comportamento em lugares públicos”, Goffman (2010) amplia sua observação para momentos da vida social, em que vários indivíduos passam a compor conjuntos de ajuntamentos, e a necessidade de criação de regras e mecanismos de defesa para eventuais infrações, visando ao controle e o bem-estar da vida em sociedade.

Uma preocupação a mais com as regras que governam o comportamento em situações sociais é derivada do fato de que infrações podem ser consideradas um sinal de que não se pode confiar que o infrator não se aproveite de sua posição na situação para propósitos de ataque, interferência, ou abordagem, mesmo que a infração original em si mesma possa ser considerada inofensiva. (Goffman, 2010, pp. 250-251).

Os eventos são, por sua natureza, acontecimentos planejados que permitem aos seus participantes estabelecerem interações sociais ao longo de sua programação. Em alguns momentos, essas interações podem acontecer de forma espontânea, pois como nos lembra Gilda Fleury Meirelles (1999, p.21), “o evento aproxima as pessoas, promove o diálogo, mexe com as emoções, cria sentimentos, marca presença”.

No entanto, à medida que os estudos sobre as técnicas de planejamento e de organização avançam, ampliamos a percepção de que os eventos também cumprem a função de mídia que comunica de maneira potente pois, de acordo com os interesses de seus promotores e conforme os objetivos e as metas traçados, seus organizadores têm a possibilidade de criar experiências sensoriais que ampliem a compreensão do público em torno da mensagem a ser comunicada por meio do evento, seja de forma presencial, virtual ou híbrida. De acordo com as estratégias adotadas, esse evento pode estabelecer uma comunicação dirigida, mas também possui potencial para se amplificar e se transformar em uma comunicação de massa.

Os eventos, pela visibilidade que proporcionam aos seus protagonistas e instituições promotoras, expõem relações de poder e, dependendo dos interesses em jogo, muitas vezes não revelados publicamente, são

determinantes para os resultados institucionais e/ou mercadológicos de uma organização, seja ela pública ou privada e, justamente por este motivo, tornam-se estratégicos para a sua comunicação.

Por sua característica mutante e flexível, os eventos se adequam com muita facilidade a todo tipo de cultura organizacional, de objetivo, de perfil de público e de linguagem. Os objetivos e o perfil do público-alvo dos eventos, sempre conduzirão as decisões sobre as etapas de seu planejamento que podem, em algumas situações, serem um verdadeiro celeiro criativo, pois os eventos podem ser pensados como uma grande experiência sensorial e, com isso, comunicar de maneira diversa. Ou em seu lado oposto, serem cerimônias públicas que exigem o cumprimento de normas protocolares e, conseqüentemente, tornam-se momentos com pouco espaço para inovações e suas mensagens são geralmente formais.

Compreendemos, então, que a necessidade de elaboração de normas de convívio em sociedade, e o exercício de poder do homem em relação aos seus semelhantes, sejam as bases edificantes para a formulação do cerimonial aplicado em eventos públicos e privados. Como nos esclarece o cerimonialista Carlos Takahashi,

o homem, desde a antiguidade, criou regras de convivência para estabelecer seu espaço psicossocial entre seus semelhantes como forma de exercer sua influência sobre os demais (Poder). Nos ambientes familiar, social e profissional, o ser humano necessita dessas regras para se comunicar com o meio, sem recorrer à força física como faziam nossos ancestrais primitivos. (Takahashi, 2016, p. 7).

Ou ainda, como justifica a professora Carmen Zitta:

toda sociedade, desde a mais primitiva, necessita de algum tipo de ordem, de organização, de disciplina e de comando para se organizar, para conviver em harmonia. Isto evita ou diminui as injustiças, os atropelos, os desentendimentos e, principalmente, o desrespeito ao próximo. (Zitta, 2013, p. 293).

Já o cerimonialista J. B. Oliveira, recorre à enciclopédia Barsa para uma explicação histórica sobre o surgimento do cerimonial:

Um dos principais aspectos do cerimonial refere-se às regras de precedência, que estatuem a hierarquia entre diversos cargos e posições. Sendo em si mesma elemento de ordem e disciplina, sua origem com norma escrita, adotada por um Estado, prende-se aos outrora frequentes conflitos entre os representantes diplomáticos acreditados juntos à Santa Sé. Aqueles, simbolizando as pessoas de seus respectivos soberanos, achavam-se no dever de impedir que outros os precedessem. Achou-se a solução no congresso de Viena (1815), com estabelecimento da precedência dos agentes diplomáticos, em cada categoria, por ordem do momento da apresentação das credenciais, norma que até hoje perdura (Enciclopédia Barsa *apud* Oliveira, 2005, p. 21).

Embora simbiótico e limítrofes, os conceitos de protocolo, decreto e cerimonial são heterogêneos. O protocolo diz respeito a normas formalizadas em decretos e então aplicados pelo profissional cerimonialista, instância administradora nos

âmbitos público e privado. A precedência determina quem fala, quando fala e em que grau de importância. Assim, o protocolo cerimonial é o instrumento de legitimação dessa conduta. Ele se pretende totalizante ao criar uma estrutura rígida e bem definida para a distribuição da fala e do poder e seu consequente veto, por meio do tabu (etiqueta) ou proibição.

Um ato que está sujeito a uma regra de conduta é, então, uma comunicação, pois ele representa uma forma pela qual os eus são confirmados - tanto o eu para quem a regra é uma obrigação quanto aquele para quem é uma expectativa. Um ato que está sujeito a regras de conduta, mas que não se conforma a elas também é uma comunicação - muitas vezes ainda mais - pois infrações geram notícias, e muitas vezes de forma a deslegitimar os eus dos participantes. Assim, as regras de conduta transformam a ação e a inação em expressão, e é provável que algo significativo seja comunicado, independente de se o indivíduo segue as regras ou as quebra. (Goffman, 2011, p. 55).

4. o cerimonial público no Brasil

No Brasil, as solenidades com presença de autoridades civis, militares e eclesiásticas, exigem a prática de um cerimonial público, o Decreto nº 70.274, de 9 de março de 1972, criado para estabelecer a ordem geral de precedência entre as autoridades participantes dos eventos oficiais. Seguir este protocolo, garante às autoridades, minimizar riscos de imagem, uma vez que, o estabelecimento das regras, insere as autoridades em um ambiente controlado que colabora para mitigar riscos e proteger o evento e seus participantes de situações vulneráveis.

Como nos lembra Meirelles (1999, p. 138), a gestão de um cerimonial deve considerar a “ vaidade dos seus participantes”, motivo pelo qual, entendemos que para garantir o respeito ao protocolo, o cerimonialista deve planejar a solenidade de forma criteriosa, com destaque para a elaboração de seu roteiro, o estudo detalhado da lista de convidados, da composição das autoridades que terão direito a ocupar um lugar de honra e sua ordem de precedência ou ter direito a um pronunciamento, por exemplo. A legislação respalda a conduta dos participantes sob a premissa de que ela visa preservar a harmonia social e diplomática, mas sabemos que, na prática, ela também garante a possibilidade de os promotores do evento controlarem o andamento das atividades e orientar o comportamento de seus participantes.

Para Carmen Zitta (2013, p. 294), o cerimonial é utilizado para “dar a harmonia, o equilíbrio e principalmente, oportunizar o uso do bom senso em todos os procedimentos protocolares do evento. Serve também para dar a cada autoridade as prerrogativas e os privilégios a que tem direito”. Já para J.B. Oliveira (2005, pp. 13-14), o “cerimonial/protocolo estrutura e conduz o evento; supre lacunas, cobre deslizos e gafes, enfim, “coloca ordem na casa”, disciplinando o caos.” Embora muitos autores tratem os termos “cerimonial” e “protocolo” como similares, é preciso ter clareza sobre os limites conceituais de cada um. Além disso, Marina Martinez Nunes (1999), nos chama atenção para as funções do protocolo que ordena e controla as regras e a execução do cerimonial:

A facilitação decorre, principalmente, em consequência da função que tem de harmonizar o comportamento das pessoas, através de uma ordem de precedência, segundo a hierarquia dos cargos ocupados pelos membros de um governo ou de uma instituição. (...) o protocolo prevê o lugar do indivíduo em uma composição política ou administrativa, garantindo os direitos de quem ocupa posições oficiais, regulando conflitos de precedência e dirimindo dúvidas quanto ao exercício de privilégios ou gozos de imunidades. (Nunes, 1999, p. 16).

Uma das regras do cerimonial público, por exemplo, se relaciona à ordem dos pronunciamentos e estabelece que a autoridade de maior hierarquia será a última a fazer uso da palavra. Isso a coloca em uma posição de privilégio pois a permite controlar o conteúdo de seu discurso após ter conhecimento das falas anteriores. Além disso, por se tratar de pronunciamento final da cerimônia, preserva a autoridade de, naquele momento, ter que lidar com uma eventual contra argumentação. Uma outra explicação para que a pessoa mais importante fale por último durante a cerimônia é de que se trata do pronunciamento mais esperado e, portanto, capaz de garantir a permanência da plateia até o final do evento. Seja qual for a explicação, temos nesta regra, um mecanismo de controle sobre o comportamento dos participantes que, durante a solenidade, expõem as relações de poder ali representadas.

A informalidade e a improvisação ampliam os riscos de imagem e devem ser evitadas na comunicação pública e na comunicação política. Para o jurista Miguel Reale, as regras protocolares são “normas costumeiras, que obrigam a todos, exatamente para que não sejam feridos melindres, e as funções públicas possam se desenvolver ao amparo de gafes imperdoáveis”. (Reale *in* Speers, 1984, p. 13).

Em linhas gerais, quanto mais uma autoridade cumpre as diretrizes protocolares, menor será o risco de ela se expor a uma situação de risco de comprometer a sua imagem pública. Por outro lado, quanto menos uma autoridade cumpre as diretrizes protocolares, maior será o risco de ela se expor a uma situação de risco, de comprometer a sua imagem pública.

5. definição e constituição da gafe

Goffman (1985, p. 193) define a gafe como “fontes de embaraços e dissonâncias que não estavam nos planos da pessoa responsável por eles e que seriam evitados se o indivíduo conhecesse de antemão as consequências de sua atividade”. Já Barcellos (2008), define a gafe

como uma ação (constituída pela realização de atos de linguagem verbais e/ou não-verbais) involuntária ou voluntária, praticada por um dos interagentes, mas inadequada à situação comunicativa (devido à inobservância às regras determinadas socialmente), cuja consequência é a desestabilização do curso da interação e a ameaça à face do participante atingido. (Barcellos, 2008, p. 18).

De acordo com a autora, temos três tipos de gafes, todas elas podendo acontecer de forma inconsciente ou consciente. São elas: a verbal, quando o gafista comete um ato de linguagem verbal; a não-verbal, quando o gafista

comete um ato relacionado à postura, aos gestos ou às mímicas e, por último, temos a gafe de linguagem paraverbal, quando o gafista comete uma ação relacionada ao sotaque ou à entonação. As gafes podem, ainda, ser classificadas como abertas, ou seja, quando são um desdobramento de algum outro fenômeno, consequência de outra gafe ou fechadas, quando só elas são identificadas. Barcellos (2008) identificou 6 características conforme quadro 1 abaixo:

Quadro 1 - Características das Gafes

Divergência atitudinal	Quando um dos participantes desenvolve uma atividade inadequada às regras determinadas socialmente
Acidental	Em toda ação realizada pode ocorrer algum tipo de "desvio" em relação aos saberes sociais convencionalizados que instituem o controle social no indivíduo
Involuntária	Praticada inconscientemente, sem a intenção do gafista. Quando percebe que o praticou, o seu sentimento é de perplexidade, a ponto de poder se perguntar, por exemplo: como fui capaz de dizer ou fazer isso?
Voluntária	Por alguma razão, o indivíduo viola deliberadamente as regras de convívio social
Embaraçosa	Ao ser cometida, a gafe gera constrangimentos entre os participantes, isto é, quando ocorre um "incidente", a realidade patrocinada pelos atores é ameaçadora
Comprometedora	Por causa da ameaça à face de, pelo menos, um dos participantes, proveniente da depreciação, da ofensa ou do insulto

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Barcellos (2008)

De acordo com a tese de Barcellos (2008) os desencadeadores da gafe são os problemas relacionados com a identidade, a quebra de expectativa e o rompimento de regras de polidez:

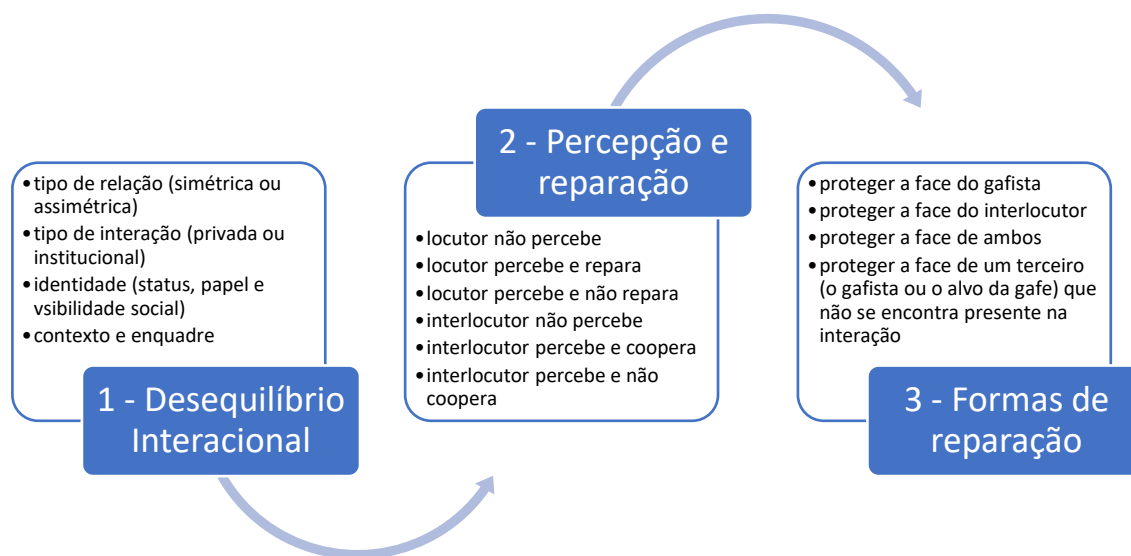
Quadro 2 - Desencadeadores das Gafes

Problemas sobre a identidade	
Quebra de expectativa	Enquadre interativo
	Esquema de conhecimento (mal-entendido, ofensa eventual ou insulto, mentira, ato falho, lapso, ironia, emoção, riso e seus fenômenos)
Rompimento de regras de polidez	Ritual

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Barcellos (2008)

A sistematização de Barcellos (2008) a respeito do funcionamento das gafes esclarece que as gafes podem ser parametrizadas culturalmente e seus fatores de percepção estão relacionados aos elementos presentes no momento do desequilíbrio interacional, conforme aspectos organizados na figura 1, abaixo:

Figura 1 – Fases constituintes das Gafes



Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Barcellos (2008)

5.1. exemplos de gafes identificadas

5.1.1. Transmissão da Faixa Presidencial durante a Posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2003

A transmissão da faixa presidencial representa o momento da passagem de poder entre uma gestão e outra. Na ocasião, Lula, juntamente com seu vice José de Alencar, sobe a rampa do Palácio do Planalto, cumprimenta o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que usa pela última vez a faixa presidencial. Após cumprimentos aos vices e esposas, sobem para o parlatório para o gesto simbólico que, no Brasil, não se realizava há mais de 40 anos. Seria a primeira vez que um presidente eleito pelo povo, Fernando Henrique, faria a transmissão do poder a outro presidente eleito democraticamente pelo povo, Lula, após longo período de ditadura militar. Momento histórico, portanto, cujo contexto garantia importância. Ao retirar a faixa de seu corpo, Fernando Henrique deixa cair seus óculos. Lula, então, se abaixa, recolhe os óculos e entrega a Fernando Henrique que, por sua vez, coloca os óculos no bolso. Essa “manobra” acontece ao mesmo tempo em que a faixa é colocada em Lula, deixando evidente para o público o momento da gafe. Consideramos importante mencionar que o parlatório se encontra na área externa do Palácio do Planalto e o público, estimado de 200 mil pessoas presentes à cerimônia, acompanhou esse momento num ambiente aberto e muitos de maneira distante do parlatório.

O gafista, neste caso, o Presidente Fernando Henrique Cardoso, cometeu a gafe de forma inconsciente, por meio de um gesto, ou seja, uma

linguagem não-verbal. A gafe é considerada fechada, pois após o fato, nenhuma outra situação foi identificada como consequência e, apesar de o desequilíbrio interacional ter acontecido num contexto de grande relevância entre duas autoridades com elevado status social e visibilidade, o momento da gafe acidental contou com a percepção e cooperação do interlocutor e não trouxe à cerimônia maiores consequências. Vale ressaltar que a cerimônia era transmitida ao vivo em TV aberta, e um dos apresentadores da emissora chega a mencionar “um problema”, mas imediatamente passa a narrar os acontecimentos como se nada tivesse acontecido. O mestre de cerimônias dá sequência normalmente ao evento que segue seu roteiro.

5.1.2. *Cerimônia de condecoração do líder indígena Raoni Metuktire com a Ordem Nacional da Legião de Honra, concedida pelo governo francês*

O evento aconteceu em 26 de março de 2024, em Belém/PA. O evento contou com a presença do Presidente francês Emmanuel Macron, em visita ao Brasil para uma agenda centrada em questões ambientais e climáticas. Durante o encerramento da cerimônia, Lula, de forma improvisada, informou que tinham um problema de logística e que precisaria viajar com o Presidente francês para o Rio de Janeiro. Neste momento, Lula, ao se referir a Macron, o chamou de Sarkozy, que governou a França 2007 e 2012. Lula se corrigiu após a plateia gritar o nome correto.

Temos, aqui, uma gafe verbal, inconsciente e involuntária, que provocou reação da plateia e foi imediatamente reparada pelo gafista. Neste caso, o elemento desencadeador da gafe foi um problema relacionado com a identidade da autoridade mencionada pelo anfitrião brasileiro. O constrangimento causado foi parcialmente contornado pelo tratamento oferecido pelo gafista, que não percebeu o deslize, mas agiu mediante interferência da plateia, que solidária ao Presidente, fez questão de mencionar o nome correto da autoridade francesa. Macron, por sua vez, pode não ter compreendido a situação por um *delay* típico da tradução simultânea, ou agiu de maneira cordial visando proteger a face de Lula.

5.1.3. *Reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável no Palácio do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores*

O chamado Conselhão, órgão que havia sido extinto pelo Governo Bolsonaro, voltava a se reunir no dia 04 de maio de 2023 em Brasília/DF com a participação do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O evento já estava em sua fase final quando, sob aplausos, o Presidente Lula diz “Muito obrigado, companheiros”. O público se levanta e aplaude o Presidente. Na sequência, ainda sob aplausos, Lula diz: “As mulheres, as mulheres se preparem” e, neste momento, Lula é interrompido e ouvimos a voz do Mestre de Cerimônias: “Está encerrada esta cerimônia, pedimos a todas e todos que aguardem em seus lugares a saída”. Lula, então, reage: “Não está encerrado, meu caro amigo. Reabro os trabalhos. É o seguinte” E prossegue com informações.

Temos, neste caso, uma gafe aberta, cometida inicialmente pelo Mestre de Cerimônias, permitindo, logo na sequência, um desdobramento com segunda ocorrência por parte do Presidente Lula. Ambas as situações de desequilíbrio interacional são gafes verbais sendo a primeira, cometida pelo Mestre de Cerimônias, de forma inconsciente e involuntária. Estabelecida numa relação assimétrica e institucional, pode ser considerada grave ao desrespeitar uma das premissas básicas do cerimonial público brasileiro, que determina que o Presidente da República sempre presidirá as solenidades a que se fizer presente. No entanto, a postura consciente do Presidente, ao responder ao Mestre de Cerimônias de maneira jocosa, o coloca numa situação de embaraço, gerando uma nova gafe. Percebe-se, aqui, uma situação em que o gafista não percebe e não repara a gafe. O interlocutor, por sua vez, percebe e não coopera. Faz uso de seu poder institucional para dar sequência ao seu pronunciamento. A causa da gafe, neste caso, está relacionada à quebra de expectativas quanto ao enquadre interativo referente às atividades encenadas, tanto pelo Mestre de Cerimônias, quanto pelo Presidente da República.

6. discussão dos resultados

O ritual da passagem da faixa presidencial é uma forma de demonstração do poder coercitivo presente nas sociedades de Estado, conforme discussão apresentada por Clastres (2008). No Brasil, o uso da faixa presidencial é uma forma de legitimar o poder Executivo e, durante a cerimônia de posse presidencial, o momento é tão simbólico que, na última transição de Governo, o Presidente Jair Bolsonaro ausentou-se do País na véspera da posse de Lula, demonstrando seu inconformismo com os resultados das urnas. Uma forte expectativa foi criada pela mídia sobre como Lula receberia a faixa presidencial, que acabou sendo entregue por um grupo de oito representantes da sociedade brasileira. A faixa presidencial é um símbolo distintivo de legitimação de poder, mas é, também, uma indumentária que contribui para composição de um papel a ser representado em solenidades oficiais. A gafe cometida por Fernando Henrique Cardoso durante a cerimônia de posse de Lula em 2003 representou um momento inusitado para comentários midiáticos, mas não comprometeu a face dos políticos envolvidos na situação.

A cerimônia de condecoração do líder indígena Raoni Metuktire pelo governo francês transcorre num ambiente pequeno, quente, mas acolhedor e claramente montado para ser transmitido pelas redes sociais. Num tom quase informal, as cadeiras estão dispostas em meia lua. A fala do presidente Lula demonstra atraso na programação do evento e sua gafe, apesar do ambiente amistoso, pode ser considerada um bom exemplo de como as autoridades envolvidas souberam lidar com situação para proteger a face de ambos. Assim como Goffman (2011) menciona, os políticos tiveram habilidade social para preservar a fachada, conforme expectativa da plateia.

O terceiro exemplo de gafe utilizado nos ajuda a demonstrar, de acordo com Goffman (2011) como seguir as regras ou quebrar o protocolo tornam-se formas

de comunicar, ainda que de maneira indireta e não intencional, a nossa identidade ao público presente ou audiência do evento. Quando uma autoridade, durante uma solenidade oficial, fala em nome de uma Nação, ela representa um papel institucional e tem uma imagem a zelar. Quando ela comete uma gafe, numa relação assimétrica, e que não protege a face do profissional que atua para lhe oferecer condições de exercício de poder, ela demonstra falta de linha e deslegitima seu papel, demonstrando outras facetas de sua identidade.

7. considerações finais

Este estudo inicial sobre gafes protocolares durante cerimônias oficiais revelou a complexidade e a importância dessas ocorrências para a compreensão das relações de poder e das dinâmicas sociais em eventos públicos. Quando uma gafe ocorre, ela expõe um desequilíbrio na interação entre as autoridades participantes da solenidade e outros interlocutores, como nos casos observados, o mestre de cerimônias e o público presente, destacando a fragilidade das estruturas de poder envolvidas. A falha discursiva de uma autoridade, independentemente da gravidade, pode resultar em confusão, disputas ou até mesmo conflitos diplomáticos, evidenciando a vulnerabilidade do poder representado.

Observamos que, nas sociedades de Estado, o mestre de cerimônias desempenha um papel político coercitivo crucial, responsável por manter a ordem e o controle durante os eventos. Este estudo sugere a necessidade de uma investigação mais aprofundada sobre a genealogia dessa função e suas implicações históricas. Além disso, é fundamental investigar as conexões entre as funções políticas das Relações Públicas e as relações de poder na microsociologia, como forma de amparar nossa defesa de que as gafes, durante cerimônias oficiais, podem ser momentos ideais para observar a perda de controle e poder vigentes.

Dessa forma, este trabalho demanda e abre caminho para futuras pesquisas que poderão aprofundar a análise das gafes protocolares, examinando como essas situações de quebra de expectativas e normas cerimoniais impactam a percepção pública das autoridades e a manutenção do poder político.

REFERÊNCIAS

- BARCELLOS, Renata da Silva – Gafe: uma análise – Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, 2008
- BRASIL. Decreto-Lei nº 70.274, de 9 de março de 1972. Aprova as normas de cerimonial público e a ordem geral de precedência. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.br/ccivil/decreto/d70274.htm>. Acesso em: 29 de julho de 2024
- CLASTRES, Pierre – A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política. São Paulo: Cosac & Naify, 2003
- GASTALDO, Édison – Goffman e as relações de poder na vida cotidiana in Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol. 23 No. 68 outubro/2008

GOFFMAN, Erving – A representação do eu na vida cotidiana – Petrópolis, RJ: Vozes, 1985

GOFFMAN, Erving – Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

GOFFMAN, Erving – Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011

MATARAZZO, Claudia – Gafe não é pecado – São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1996

MEIRELLES, Gilda Fleury – Tudo sobre eventos – São Paulo: Editora STS, 1999

NÓBREGA, Allan. Posse Presidencial - Lula (01/01/2003). YouTube, 01 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VU3evE0tduw>. Acesso em: 05 de julho de 2024

NUNES, Marina Martinez – Cerimonial para executivos: um guia para execução e supervisão de eventos empresariais – 2.ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999

OLIVEIRA, J. B. – Como promover eventos 2ª ed. – São Paulo: Madras: 2005

SPEERS, Nelson – Cerimonial para Relações Públicas – São Paulo: N. Speers, 1984

TAKAHASHI, Carlos – Normas do Cerimonial Público Brasileiro – São Paulo: C. Takahashi, 2016

UOL. Lula confunde Macron com ex-presidente da França: 'Sarkozy, vamos viajar'; vídeo mostra gafe. YouTube, 27 de março de 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=La8Mt4rovjM>. Acesso em: 05 de julho de 2024

UOL. Lula é cortado por mestre de cerimônia e reage rindo: 'Não está encerrado, meu caro amigo'. YouTube, 04 de maio de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HsW5E5H1Hck>. Acesso em: 24 de junho de 2024

ZITTA, Carmem – Organização de Eventos: da ideia à realidade 5. ed. – Brasília: Editora Senac-DF, 2013

ⁱ Renata da Silva de Barcellos é pesquisadora dos estudos da linguagem, segue a linha interacionista, pois acredita que os atos de linguagem “são orientados por normas interacionais” (Boyer, 1996, p. 217 *apud* Barcellos, 2008, p. 18) constituídos por cada sociedade, de acordo com a sua cultura.

ⁱⁱ Pierre Clastres (1934-1977) foi um antropólogo, etnólogo e filósofo francês reconhecido por seus estudos sobre as sociedades indígenas da América do Sul. Clastres trabalhou extensivamente com os índios Guayaki no Paraguai e outras tribos amazônicas, oferecendo novas perspectivas sobre o poder, a política e a organização social.

ⁱⁱⁱ Ervin Goffman (1922-1982) foi um antropólogo e cientista social canadense que influenciou estudos linguísticos relacionados à sociolinguística interacional ao desenvolver estudos de abordagem microsociológica, cujo interesse inicial de estava centrado nas relações de interação face a face.